

O texto desta página na língua original [de](#) foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

alemão

Swipe to change

## Custas

Alemanha

Esta página contém informações sobre as custas judiciais na Alemanha.

[Direito da família — divórcio](#)[Direito da família — guarda de menores](#)[Direito da família — prestação de alimentos](#)[Direito comercial — contratos](#)[Direito comercial — responsabilidade](#)

### Quadro normativo que rege os honorários dos profissionais da justiça

#### Advogados

A Alemanha tem apenas uma designação para os advogados (*Rechtsanwalt*).

Na Alemanha, os honorários dos advogados são cobrados de acordo com a Lei da Remuneração dos Advogados (*Rechtsanwaltsvergütungsgesetz – RVG*) ou com base em honorários convencionados. Em princípio, a convenção de honorários é sempre uma via alternativa aos encargos legais. No entanto, o disposto no artigo §49.º, alínea b), do Regulamento Federal dos Advogados (*Bundesrechtsanwaltsordnung – BRAO*) e nos artigos §§ 3.º, alínea a), a 4.º, alínea b), da RVG, deve ser cumprido. Em particular, se o advogado representa um cliente em tribunal, os honorários acordados não poderão ser inferiores aos estabelecidos por lei. Pode ser acordada em qualquer momento uma remuneração superior à determinada por lei.

O **plano de remuneração** constante da RVG (anexo 1) determina **honorários fixos** ou **escalões de honorários** aplicáveis a atividades individuais. O nível do escalão a aplicar é, regra geral, determinado com base no **valor da ação**. Os escalões de honorários baseados no valor da ação fixam a taxa máxima e mínima a pagar. Os níveis de honorários reais baseados no valor da ação são estabelecidos na tabela de honorários (anexo 2 da RVG). Em cada um dos casos, os honorários adequados do escalão estabelecido deverão ser determinados *ex aequo et bono*, tendo em consideração todas as circunstâncias, em particular o âmbito e a dificuldade do trabalho desenvolvido, a importância da ação e os rendimentos e situação financeira do cliente. Caso o advogado incorra num risco especial de dívida, este fator pode também ser levado em consideração no apuramento dos seus honorários. Os escalões de honorários com valores máximos e mínimos estabelecidos são aplicáveis em diversas áreas específicas, nomeadamente em processos penais e em questões de direito social.

#### Oficiais de justiça

Os oficiais de justiça (*Gerichtsvollzieher*) cobram apenas os honorários estipulados na **Lei das Custas dos Oficiais de Justiça** (*Gerichtsvollzieherkostengesetz – GvKostG*). É determinada uma **taxa pré-estabelecida** para cada atividade específica exercida pelos oficiais de justiça.

#### Custos fixos

##### Custos fixos nos processos cíveis

##### Custos fixos para as partes em processos cíveis

Em regra, o tribunal recebe um montante relativo à **taxa de justiça**, calculado de acordo com o **valor da ação**. Nos **processos cíveis**, a taxa é determinada pela **Lei das Custas Judiciais** (*Gerichtskostengesetz – GKG*) e pela **Lei das Custas Judiciais em Matéria de Família** (*Gesetz über Gerichtskosten in Familiensachen – FamGKG*). As taxas de justiça estão estabelecidas na tabela de custas (anexo 1 da lei aplicável). As taxas estão indicadas por valor da ação na tabela de taxas (anexo 2 da lei aplicável). Nos processos cíveis em geral e nos relativos a conflitos familiares, em particular em matérias relacionadas com a obrigação de alimentos, a taxa de justiça é de **3,0**. Para os processos em matéria matrimonial é de **2,0**, e em matérias relacionadas com menores, incluindo a guarda parental e direitos de visita, a taxa de justiça é de **0,5**. O valor da taxa de justiça é determinado da seguinte forma:

Em **matéria matrimonial**, a taxa de justiça é calculada de acordo com a apreciação do tribunal, com base nas circunstâncias específicas de cada caso em particular, nomeadamente tendo em atenção o grau e a importância da matéria, bem como os rendimentos e o património dos cônjuges. O rendimento é calculado multiplicando por três o rendimento líquido de ambos os cônjuges. Regra geral, o tribunal fixa o valor da ação em três vezes o rendimento líquido.

Em **matéria de litígios familiares**, o valor habitualmente depende do valor do pedido. Em **matéria de obrigação de alimentos**, o valor tem por base os futuros pagamentos dos alimentos pedidos, no montante máximo equivalente a um ano. Os juros de mora vencidos até à data de apresentação do requerimento são contabilizados no cálculo.

Em **matérias relacionadas com menores**, incluindo poder paternal e direito de visita, a taxa de justiça é de 3 000 euros.

Na falta de acordo, as **taxas de representação judicial por um advogado são calculadas com base no valor da ação**. Em regra, o valor reclamado é também o valor da ação que é estabelecido para determinar as taxas de justiça. A RVG fixa precisamente quais as taxas que podem ser calculadas para cada tipo de ação. O Anexo 2 dessa lei fixa as taxas por valor de ação. No que diz respeito à primeira instância em processos cíveis, habitualmente, os advogados recebem um **pagamento relativo à sua participação no tribunal** equivalente a **1,3** vezes a taxa e o **pagamento relativo ao aconselhamento** ascende a **1,2** vezes a taxa. Para acordos de **resolução de litígios** em primeira instância, os advogados recebem também um **pagamento de resolução** a uma taxa de **1,0**.

##### Fase do processo cível em que os custos fixos devem ser pagos

Nos **processos cíveis em geral**, nos **processos em matéria de obrigação de alimentos** e nos **processos matrimoniais**, as custas judiciais são devidas no momento da **propositura da ação ou da apresentação do pedido**. Em **matéria de direito da família**, estas são devidas **no final** da ação. Salvo acordo em contrário, os advogados são remunerados pelos serviços prestados na data do encerramento do processo. Todavia, têm direito a um adiantamento.

##### Custos fixos nos processos penais

##### Custos fixos nos processos penais

Nas ações penais, as taxas de justiça são apenas tributadas após a **sentença** ter transitado em julgado. O nível das taxas é determinado com base na sanção imposta, e varia entre **140 EUR** e **1 000 EUR** em primeira instância. Se não tiver sido celebrado um acordo de honorários, o advogado, na qualidade de advogado de defesa ou de representante de outras partes envolvidas, tem direito a honorários, que são fixados com base num quadro definido.

## Fase do processo penal em que os custos fixos devem ser pagos

As custas judiciais são devidas **depois de a sentença ter transitado em julgado**. Salvo acordo em contrário, os advogados são remunerados pelos serviços prestados findo o processo para o qual foram mandatados. Todavia, têm direito a um adiantamento.

## Custos fixos nos processos de apreciação da constitucionalidade

### Custos fixos para as partes em processos de apreciação da constitucionalidade

Não existem taxas de justiça para ações apresentadas no Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*), à exceção de quaisquer honorários aplicáveis por ação vexatória, (§artigo 34.º da Lei do Tribunal Constitucional – *Bundesverfassungsgerichtsgesetzes*). A representação por um advogado só é exigida se tiver lugar uma audiência no Tribunal Constitucional Federal (artigo 22.º da Lei do Tribunal Constitucional Federal).

### Fase do processo de apreciação da constitucionalidade em que os custos fixos devem ser pagos

Salvo acordo em contrário, em princípio, a remuneração dos advogados é devida aquando da **conclusão do mandato**. Todavia, têm direito a um adiantamento.

## Informações prévias a fornecer pelos representantes legais

### Direitos e obrigações das partes

É dever do advogado prestar ao cliente **todas as informações e todos os conselhos** e propor ao seu cliente os meios mais seguros e menos arriscados para atingir o objetivo ambicionado. O advogado deve também alertar para **quaisquer riscos**, para que o cliente possa tomar uma decisão informada. A quantidade das informações a fornecer depende da perceção do advogado sobre o que o cliente deve saber. O advogado deve **responder às perguntas do seu cliente de forma completa e verdadeira**. Antes de um processo ser instaurado judicialmente, o advogado deve indicar claramente as probabilidades de êxito e os riscos inerentes à propositura de uma ação judicial. Isto inclui os custos e as probabilidades de êxito.

O advogado tem **obrigações especiais de prestação de informações** em determinados casos:

Se os seus honorários tiverem por base o **valor da ação**, o advogado deve alertar para o facto antes de ser instruído a agir [§artigo 49.º-B, n.º 5, do Regulamento Federal dos Advogados].

Se **for celebrado um acordo quanto à sua remuneração**, o advogado tem de salientar que, se forem cobradas taxas, apenas serão reembolsadas as custas processuais [§artigo 3.º-A, n.º 1, terceira frase, da Lei de Remuneração dos Advogados].

Se o advogado acordar com o cliente que cabe a este último **pagar os honorários consoante o resultado do processo**, o advogado deve alertar o cliente para o facto de o acordo não produzir efeitos relativamente a quaisquer outros custos que o cliente possa ter de pagar [artigo 4.º-A, n.º 3, segunda frase, da Lei da Remuneração dos Advogados].

Antes de celebrar um acordo de representação de um cliente numa ação no **tribunal do trabalho**, o advogado tem de alertar o cliente para o facto de os seus custos não serem reembolsáveis (artigo 12.º-A, n.º 1, segunda frase, da Lei dos Tribunais do Trabalho – *Arbeitsgerichtsgesetz*).

### Como são fixados os custos – Bases legais

#### Onde posso encontrar informações sobre a legislação em matéria de custos na Alemanha?

Os textos legais relativos a custos podem ser obtidos em livrarias ou estão disponíveis nas suas últimas versões, gratuitamente, na internet.

#### Em que línguas posso obter informações sobre a legislação em matéria de custos na Alemanha?

As informações estão redigidas em alemão.

#### Onde posso obter informações adicionais sobre custos?

##### Informações em linha sobre os custos

As **versões mais recentes das leis** podem ser consultadas no sítio Web do Ministério Federal da Justiça e da Defesa do Consumidor (Bundesministerium der Justiz und für Verbraucherschutz). As várias leis sobre custos podem ser descarregadas inserindo a abreviatura correspondente (GKG, FamGKG, GvKostG e RVG).

#### Onde posso obter informações sobre a duração média dos vários tipos de processos?

O Gabinete Federal Estatístico (*Statistisches Bundesamt*) produz uma série **anual de publicações estatísticas** sobre a administração da justiça. A **série 10, sub-série 2.1**, por exemplo, contém dados sobre a **duração dos processos cíveis em toda a Alemanha**, dividida por cada *Land* e por distrito dos tribunais superiores regionais (*Oberlandesgericht*). São fornecidos dados separados por tribunais locais (*Amtsgerichte*) e por tribunais regionais (*Landgerichte*), por um lado, e por tribunais superiores regionais, por outro, bem como por processos em primeira e em segunda instância. A série não contém dados estatísticos sobre a duração dos diferentes tipos de processos.

#### Onde posso obter informações sobre o custo médio total de um determinado tipo de processo?

Existem livros que detalham os **custos médios dos processos cíveis**.

## Imposto Sobre o Valor Acrescentado

### Onde posso obter informações sobre o imposto sobre o valor acrescentado? Quais as taxas aplicáveis?

Os tribunais e os oficiais de justiça não estão sujeitos a imposto sobre o valor acrescentado. Os advogados são obrigados a cobrar IVA à taxa de 19 %, que é cobrado em separado como despesa e não está incluído nos seus honorários.

## Apoio judiciário

### Limite de rendimento aplicável na área da justiça civil

O apoio judiciário é concedido mediante pedido para o efeito a todos os indivíduos que, devido à sua situação pessoal e financeira, não tenham capacidade para suportar os custos da ação ou que apenas tenham capacidade para suportá-los parcialmente ou a prestações. A ação judicial ou a defesa pretendida deve proporcionar uma probabilidade razoável de êxito e não deve parecer frívola. Todavia, as partes do processo deverão utilizar os próprios recursos na medida do razoável. Em função dos seus rendimentos, pode ser concedido a uma parte apoio judiciário **sem obrigação de reembolso** ou **com obrigação de reembolso em prestações**. O Ministério Federal da Justiça e da Defesa do Consumidor elaborou um folheto intitulado *Beratungshilfe und Prozesskostenhilfe* («aconselhamento jurídico e apoio judiciário»), que responde às perguntas mais frequentes, utilizando exemplos.

### Limite de rendimento aplicável a arguidos em processos penais

Os limites de rendimento **não são aplicáveis** a suspeitos ou arguidos de processos penais. O apoio judiciário é concedido em conformidade com outros critérios.

### Limite de rendimento aplicável a vítimas em processos penais

A concessão de apoio judiciário está sujeita a limites de **rendimento**. Estes limites são flexíveis e determinados segundo os custos previstos para a ação e a situação social do demandante (obrigações de alimentos e custos de alojamento). O apoio judiciário pode também ser concedido com uma obrigação de **reembolso em prestações**.

### Outras condições ligadas à concessão de apoio judiciário às vítimas de crimes

As vítimas de determinados crimes graves podem requerer um consultor jurídico, que lhes é facultado gratuitamente, independentemente da respetiva situação financeira.

## Outras condições ligadas à concessão de apoio judiciário a arguidos

O apoio judiciário a suspeitos/arguidos (atribuição de advogado de defesa nomeado pelo tribunal) não está sujeito a limites de rendimento, mas a determinadas **condições** jurídicas. Estas condições estão acima de tudo relacionadas com a gravidade do crime, o risco de determinadas consequências legais (como a proibição de exercício de uma profissão ou o internamento em hospital psiquiátrico ou neurológico), ou se o arguido estiver em prisão preventiva ou sujeito a medidas de proteção, se o advogado de defesa anterior tiver sido suspenso, a complexidade da situação factual ou jurídica, ou se o arguido for capaz de se defender.

### Processos judiciais gratuitos

Nos termos do **artigo §183.º da Lei dos Tribunais Sociais** [*Sozialgerichtsgesetz – SGG*], os processos intentados nos tribunais sociais [*Sozialgerichte*] **não implicam custos para as pessoas com direito a prestações sociais** (ou seja, pessoas seguradas, pessoas beneficiárias de auxílios incluindo as beneficiárias de pensão de sobrevivência, pessoas deficientes e seus descendentes, desde que estejam relacionadas com as capacidades respetivas em processos judiciais na qualidade de demandante ou de demandado). Os demandantes e os demandados que não pertençam às categorias referidas no artigo 183.º da SGG têm de pagar uma **taxa** em conformidade com o **artigo 184.º da SGG** [150 EUR por processos nos tribunais sociais, 225 EUR por processos nos tribunais regionais sociais (Landessozialgerichte), 300 EUR por processos no Tribunal Federal Social (Bundessozialgericht)]. O **artigo 197.º-A da SGG** prevê a derrogação destas regras específicas nos casos em que os custos habitualmente devidos nos termos da Lei das Custas Judiciais são também aplicáveis nos processos dos tribunais sociais, se nem o demandante nem o demandado de uma ação fizerem parte das pessoas referidas no **artigo 183.º da SGG**. Aplicam-se as seguintes regras nas **ações penais**: se o réu for absolvido, ou se o processo não prosseguir para julgamento, ou se a ação intentada contra o arguido for extinta, as taxas (despesas públicas) e as despesas necessariamente efetuadas pelo réu são, em princípio, suportadas pelo erário público.

### Quando é que a parte vencida tem de pagar as custas da parte vencedora?

A parte vencida tem de pagar as custas da outra parte na medida em que tenham sido necessárias para a adequada instauração do processo; ou seja, os **honorários legais e despesas do advogado** e as **despesas de deslocação** da parte vencedora, incluindo qualquer **perda de remuneração** decorrente da participação em tribunal.

### Honorários de peritos

Os peritos **chamados pelo tribunal** recebem **honorários com base numa tarifa horária**. Os honorários são fixados pela Lei da Remuneração e Compensação Judicial (*Justizvergütungs- und -entschädigungsgesetz – JVEG*) e são pagos pelas partes do processo.

Os custos de um perito **privado** contratado por uma das partes para a preparação do **processo não fazem parte das custas processuais**, cujo reembolso é fixado em sentença. Estes custos devem, por isso, ser **objeto de pedido separado**. Caso a parte tenha contratado um perito para prestar aconselhamento durante o litígio, o reembolso depende da sua necessidade para a ação em questão. Os custos de um perito contratado pelo tribunal para testemunhar são pagos pela parte vencida ou, caso as partes tenham apenas ganho parcialmente, ambas têm de pagar a sua parte dos custos com base na proporção relativa em que ganharam e perderam.

### Honorários de tradutores e intérpretes

Os honorários dos intérpretes e tradutores **chamados pelo tribunal** também estão previstos na JVEG e são pagos pelas partes do processo. Os intérpretes são **remunerados à hora** e os tradutores são **remunerados à linha**.

Nos **processos penais**, os custos de interpretação e de tradução para os arguidos ou para as partes interessadas, desde que sejam imprescindíveis para a defesa ou para o exercício dos direitos processuais, são suportados pelo erário público.

### Ligações úteis

[Ministério Federal da Justiça e da Defesa do Consumidor](#)

[Equipa de Mediação da Ordem dos Advogados da Alemanha](#)

[Associação Federal de Mediação de Família](#)

[Associação Federal de Mediação](#)

[Associação Federal para a Mediação Económica e Profissional](#)

[Centro de Mediação \(CfM\)](#)

[Provedor da Banca Privada](#)

[Provedor da Banca Pública](#)

[Comité de Conciliação do Bundesbank Alemão](#)

[Provedor do Grupo da Banca Cooperativa Alemã](#)

[Provedora das Sociedades de Construção Privada](#)

[Provedor das Sociedades de Construção Regionais](#)

[Comités Consultivos e de Conciliação da Associação Médica Alemã](#)

[Comité de Conciliação de Mobilidade](#)

[Comité de Conciliação do Turismo](#)

[Comité de Conciliação para os Transportes Locais na Renânia do Norte-Vestefália](#)

[Provedor de Saúde e Seguro de Assistência](#)

[Comité de Conciliação da Associação Federal dos Agentes Funerários](#)

[Comité de Conciliação da Agência de Redes Federais](#)

[Provedor de Imobiliário na Associação Alemã de Imobiliário](#)

[Comités de conciliação das câmaras de comércio e da indústria](#)

[Comité de Consenso para Honorários e Prémios](#)

[Associação Central da Indústria de Veículos a Motor Alemã](#)

[Últimas versões da legislação](#)

### Ligações conexas

[Relatório da Alemanha sobre o estudo relativo à transparência dos custos](#)  (565 Kb) 

Última atualização: 06/09/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.